

Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques na jurisprudência dos Tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA

1. STF fixa parâmetro objetivo de renda para gratuidade de justiça e reforça hipótese de impugnação pelo empregador

 O Plenário do STF, por maioria, no julgamento da ADC 80, fixou o parâmetro objetivo de renda mensal de até R\$ 5 mil para presunção de insuficiência de recursos na concessão da gratuidade de justiça, em substituição ao critério de 40% do teto do RGPS até então aplicado na CLT, estendendo-o a todos os ramos do Poder Judiciário. Acima desse teto, cabe ao interessado comprovar a insuficiência de recursos, podendo o magistrado negar o benefício diante de patrimônio ou renda familiar incompatível. A decisão tem efeitos apenas para ações ajuizadas após a publicação da ata do julgamento.

♦ **RELEVÂNCIA:** Alerta-se que, embora a simples declaração de hipossuficiência já goze de presunção de veracidade na Justiça do Trabalho (Súmula 463 do TST), a decisão reforça, com efeito vinculante, a possibilidade de o magistrado negar ou revogar a gratuidade diante de patrimônio ou renda familiar incompatível, ampliando o espaço de impugnação do empregador rural quando houver elementos concretos nesse sentido. Recomenda-se que, sempre que houver indícios de renda ou patrimônio incompatíveis com a gratuidade concedida (outro vínculo formal, veículos, imóveis rurais), o empregador reúna prova documental e requeira a revogação do benefício, tomando como referência objetiva o teto de R\$ 5 mil agora fixado pelo STF.

 <https://noticias.stf.jus.br/postsnovicias/stf-define-criterios-para-concessao-da-justica-gratuita-em-todo-o-judiciario/>

2. Desistência da ação após apresentação da contestação depende da anuência do réu

 A 4ª Turma do TST decidiu que, após a apresentação da contestação, ainda que protocolada eletronicamente antes da audiência, o trabalhador somente poderá desistir da ação com a concordância da parte reclamada, nos termos do art. 841, § 3º, da CLT.

♦ **RELEVÂNCIA:** O entendimento prestigia a segurança jurídica e o direito de defesa do empregador, impedindo que o reclamante desista unilateralmente do processo após

conhecer os argumentos da contestação e depois de a empresa já ter despendido tempo e recursos na elaboração de sua defesa.



<https://www.tst.jus.br/en/-/ajudante-de-caminhao-nao-consegue-desistir-de-acao-apos-empresa-apresentar-defesa>

3. Justa causa por atestado médico adulterado afasta pagamento de férias e 13º proporcionais



A 1ª Turma do TST manteve a demissão por justa causa de empregado que apresentou atestado médico adulterado, além de reafirmar a gravidade da apresentação de documento médico adulterado como fundamento para justa causa, a decisão é relevante aos empregadores quanto às verbas rescisórias devidas nessa modalidade de desligamento.



RELEVÂNCIA: Alerta-se que a apresentação de atestado médico adulterado configura falta grave por ato de improbidade, apta a afastar o pagamento das verbas rescisórias proporcionais normalmente devidas ao empregado. Recomenda-se que, ao identificar indícios de fraude documental, o empregador instaure apuração interna formal e reúna elementos técnicos da adulteração antes de aplicar a dispensa por justa causa, reforçando a solidez da medida em eventual questionamento judicial.



<https://www.tst.jus.br/en/-/auxiliar-demitida-por-atestado-adulterado-nao-recebera-ferias-e-13-proporcionais>

4. Cláusula de não concorrência gera obrigações bilaterais, e sua ruptura unilateral pelo empregador enseja indenização



A 5ª Turma do TST decidiu que o empregador não pode afastar unilateralmente cláusula de não concorrência pactuada com empregado, ainda que a liberação da restrição pareça-lhe favorável, sendo devida a indenização compensatória ajustada, uma vez que tais cláusulas criam obrigações e direitos recíprocos entre as partes.



RELEVÂNCIA: Alerta-se que a liberação unilateral do empregado da restrição de não concorrência, sem o pagamento da contrapartida ajustada, configura descumprimento contratual apto a gerar condenação ao pagamento integral da indenização pactuada. Recomenda-se redigir tais cláusulas com previsão expressa de renúncia bilateral ou de redução proporcional da indenização em caso de dispensa antecipada da restrição.



<https://www.tst.jus.br/en/-/industria-quimica-descumpre-clausula-de-nao-concorrenciae-tera-de-indenizar-executivo>



SINDICATOS
RURAIS



5. Alteração de norma coletiva pode restringir o alcance de intervalo

 A 2ª Câmara do TRT-15 decidiu que a supressão do intervalo de 10 minutos a cada 50 trabalhados é válida a partir da vigência de norma coletiva que passou a exigir a realização de serviços permanentes de digitação para a concessão da pausa, em linha com a tese fixada pelo TST no Tema Repetitivo 51.

✦ **RELEVÂNCIA:** Alerta-se que direitos assegurados por norma coletiva anterior podem ser validamente restringidos por instrumento coletivo superveniente, desde que a nova redação delimite com clareza os requisitos do benefício. Recomenda-se que o empregador rural acompanhe atentamente as alterações promovidas nas CCTs e ACTs aplicáveis.

 <https://trt15.jus.br/noticia/2026/2a-camara-afasta-pagamento-de-intervalo-de-digitador-caixa-bancaria-apos-alteracao-da>

6. Ausência de subordinação jurídica afasta vínculo empregatício em contexto de colaboração familiar

 A 2ª Turma do TRT-2 manteve decisão que negou vínculo empregatício entre trabalhadora e familiares idosos por ela auxiliados, por entender caracterizado contexto de colaboração familiar movido por laços de afinidade, já que a própria autora reconheceu que não sofreria sanção caso deixasse de prestar a assistência.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que a prestação de serviços, isoladamente, não é suficiente para caracterizar uma relação de emprego. É necessária a presença simultânea dos requisitos dos arts. 2º e 3º da CLT, especialmente a subordinação jurídica. O precedente também evidencia que auxílios financeiros ou repasses realizados no contexto de relações familiares não possuem, por si só, natureza salarial.

 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/relacao-afetiva-afasta-vinculo-de-emprego-de-nora-como-cuidadora-de-sogra-doente>

7. Uniforme inadequado às características físicas do trabalhador e comentários depreciativos da chefia configuram falta grave patronal

 20ª Turma do TRT-2 manteve o reconhecimento de rescisão indireta e a condenação por danos morais de empresa que não forneceu uniforme adequado às características físicas de empregada, a qual precisou adaptá-lo por conta própria e foi, em seguida, alvo de comentários depreciativos de sua superior hierárquica.

✦ **RELEVÂNCIA:** O julgamento alerta os empregadores para a necessidade de disponibilizar uniformes adequados às características físicas dos trabalhadores e, principalmente, de impedir situações de constrangimento ou humilhação no ambiente laboral. Comentários depreciativos praticados ou tolerados pela própria chefia podem caracterizar falta grave patronal, gerar indenização por dano moral e até justificar a rescisão indireta do contrato.



<https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/trt-2-mantem-indenizacao-a-trabalhadora-humilhada-por-nao-caber-no-uniforme>

8. STJ reconhece validade de imagens de satélite na comprovação de dano ambiental



A 1ª Turma do STJ, no REsp 2.126.310, reconheceu a validade de imagens de satélite, dados do Google Earth e georreferenciamento como meios de prova de dano ambiental, considerando desnecessária a perícia quando o conjunto probatório já for suficiente para demonstrar a degradação. O Tribunal destacou que não havia sido apontada falha ou imprecisão concreta nas imagens utilizadas no caso.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a utilização de sensoriamento remoto e imagens de satélite em processos e autuações ambientais, o que pode facilitar a comprovação de desmatamentos e outras alterações em imóveis rurais sem vistoria presencial. Para a defesa do produtor, torna-se ainda mais importante questionar a precisão, data, localização, metodologia, resolução das imagens e o nexo entre a alteração identificada e o responsável pelo imóvel, pois a decisão não significa que toda imagem de satélite, isoladamente, seja prova incontestável.



<https://www.migalhas.com.br/quentes/463687/stj-valida-imagens-de-satelite-como-prova-de-dano-ambiental>

9. STJ reafirma efeitos da usucapião sobre imóvel gravado com hipoteca



A Terceira Turma do STJ, no REsp 2.257.065/RS, reconheceu que a hipoteca preexistente não impede a usucapião extraordinária, pois a aquisição é originária e extingue os ônus reais anteriores. Também decidiu que a execução hipotecária contra o proprietário que consta no registro, sem oposição direta ao possuidor, não interrompe o prazo da usucapião.



SINDICATOS
RURAIS

Rua Barão de Itapetininga, 224 Centro | 01042-907 | São Paulo/SP

@faespsenarsp | @faesp_senarsp | (11) 94710.8788

♦ **RELEVÂNCIA:** A decisão é relevante para imóveis rurais objeto de posse prolongada, regularização fundiária ou disputas dominiais, especialmente quando existirem hipotecas ou outras restrições registradas na matrícula.

🔗 <https://agropujante.com.br/julgado/stj-reconhece-usucapiao-extraordinaria-de-imovel-hipotecado-e-extingue-o-onus-real->

10. STJ mantém multa ambiental por supressão não autorizada de árvores

📄 A Segunda Turma do STJ, no AREsp 3.242.443/SP, manteve a autuação pela supressão não autorizada de 440 árvores, entendendo que as provas produzidas na origem, inclusive depoimentos dos fiscais e imagens aéreas, confirmavam a ocorrência da infração. A Corte não reexaminou as provas, em razão da Súmula 7/STJ.

♦ **RELEVÂNCIA:** O precedente reforça a importância de documentar tecnicamente a situação da vegetação e a regularidade da intervenção antes da supressão, bem como de conferir a consistência das provas utilizadas na autuação.

🔗 [AREsp 3242443](#)

11. TJSP reconhece cumprimento prévio de obrigação prevista em TCRA

📄 A 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do TJSP manteve a extinção de execução fundada em Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA), ao reconhecer que as obrigações de recuperação já haviam sido materialmente cumpridas antes do ajuizamento, sendo que a Administração Ambiental posteriormente confirmou, por nota técnica, o cumprimento integral do termo.

♦ **RELEVÂNCIA:** A decisão é relevante para produtores e empresas rurais que tenham celebrado TCRA, pois evidencia a importância de manter documentação e relatórios técnicos que comprovem a execução das medidas de recuperação ambiental.

🔗 [1500945-61.2025.8.26.0510](#)

12. TRF3 reafirma validade da cobrança de taxas municipais de fiscalização, publicidade e coleta de resíduos sólidos

📄 O TRF3 manteve a cobrança da Taxa de Licença e Funcionamento (TLIF), Taxa de Publicidade e Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos, entendendo que a existência de estrutura municipal de fiscalização é suficiente para legitimar a taxa de polícia. O Tribunal

também reconheceu que placas de identificação de estabelecimentos podem caracterizar publicidade indicativa e que a taxa de coleta de resíduos remunera serviço público específico e divisível.

✦ **RELEVÂNCIA:** O acórdão reforça o entendimento do STF de que a cobrança de taxas municipais é válida quando vinculada ao exercício do poder de polícia ou à prestação de serviços públicos específicos e divisíveis. A decisão também confirma que a existência de estrutura de fiscalização pelo Município é suficiente para justificar a cobrança da taxa, mesmo sem fiscalização individualizada. Trata-se de precedente relevante para discussões sobre a legalidade das taxas municipais de fiscalização, publicidade e coleta de resíduos sólidos.

🔗 [5003601-85.2024.4.03.6104.pdf](#)

13. STJ define critérios para suspensão da prescrição em dívidas de crédito rural

📄 O STJ, no Tema 1.406, decidiu que a suspensão da prescrição de dívidas de crédito rural ocorre automaticamente quando prevista diretamente em lei. Entretanto, quando a própria legislação condiciona a suspensão à adesão do devedor ou ao cumprimento de alguma providência, é necessário atender a essa condição. Nos casos analisados, o Tribunal entendeu que a prescrição não havia ocorrido e determinou o prosseguimento das execuções.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão é relevante para a análise da prescrição em execuções de crédito rural, pois reforça a necessidade de verificar a legislação aplicável e eventual exigência de adesão ou manifestação do devedor para a suspensão da prescrição.

🔗 <https://www.migalhas.com.br/quentes/463770/suspensao-da-prescricao-em-credito-rural-depnde-de-lei-define-stj>

14. TIT mantém auto de infração contra indústria de defensivos por falta de pagamento de ICMS e créditos indevidos

📄 O TIT manteve auto de infração contra empresa de defensivos agrícolas por falta de recolhimento de ICMS e aproveitamento indevido de créditos. O Tribunal afastou créditos relacionados a operações isentas ou não tributadas e a prestações de transporte realizadas integralmente em outros Estados.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça o entendimento do TIT sobre os limites ao aproveitamento de créditos de ICMS, especialmente em operações interestaduais e em

créditos relacionados ao transporte de mercadorias. É relevante para empresas do agronegócio e de insumos agrícolas que realizam essas operações.

 [TIT-SP nº 5036148-0.pdf](#)

15. STJ reafirma direito de cooperativa ao aproveitamento de créditos de PIS e Cofins

 A 2ª turma do STJ reconheceu que cooperativas agropecuárias podem manter e aproveitar créditos de PIS/Pasep e Cofins mesmo quando as receitas decorrentes de operações com cooperados são excluídas da base de cálculo das contribuições, desde que tenha ocorrido tributação na etapa anterior. Com o trânsito em julgado em agosto de 2026, a decisão se tornou definitiva para as partes e fortalece a tese de aproveitamento desses créditos. O precedente abre espaço para que cooperativas revisem seus estoques de créditos acumulados, mas exige análise individualizada de cada saldo, considerando sua origem, vinculação às operações e os impactos da transição para a CBS.

♦ **RELEVÂNCIA:** A decisão é relevante para o setor cooperativista, especialmente para cooperativas agropecuárias, pois fortalece a segurança jurídica na apuração de créditos de PIS e Cofins e pode reduzir a carga tributária dessas entidades. O entendimento também serve como importante precedente para discussões administrativas e judiciais envolvendo o aproveitamento de créditos tributários por cooperativas, tema recorrente no agronegócio.

 <https://conjur.com.br/2026-set-02/stj-reafirma-direito-de-cooperativa-ao-aproveitamento-dos-creditos/>

Este boletim tem caráter informativo e não substitui a análise jurídica específica de casos concretos.



FAESP



SENAR

SINDICATOS
RURAIS

Rua Barão de Itapetininga, 224 Centro | 01042-907 | São Paulo/SP

 @faespsenarsp |  @faesp_senarsp |  (11) 94710.8788